



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

**BOLETIM
INFORMATIVO CEVID**

Edição nº11 *2022*

MENSAGEM INICIAL

A presente publicação corresponde à terceira edição relativa ao ano de 2022 do Boletim Informativo da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. As ações a seguir apresentadas referem-se ao período de julho a setembro, abrangendo as principais iniciativas de enfrentamento da violência contra a mulher em nível estadual e nacional, empreendidas por esta Coordenadoria ou das quais esta CEVID participou.

Dentre as ações promovidas, destacam-se os eventos alusivos à 21ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que ocorreu entre os dias 15 e 19 de agosto. São eles: evento virtual de capacitação “Patrulhas Maria da Penha: rotinas, desafios e conquistas desde a sua implementação II”; lançamento do Laboratório de Práticas Psicossociais em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – PSICOLAB VD; e Evento “Conselhos da Comunidade: sua atuação nas Comarcas e a parceria com a CEVID”. Essas atividades tiveram o intuito de contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional e do atendimento institucional aos envolvidos em situações de violência doméstica e familiar, como também para sensibilização e conscientização da comunidade e ampliação do acesso à Justiça.

Vale mencionar ainda a realização de curso de capacitação em violência doméstica, promovido entre os dias 14 de julho e 22 de agosto, em parceria com a Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR). O curso, compartilhado e credenciado pela ENFAM, foi destinado ao aperfeiçoamento de Magistrados e Magistradas, como também à formação continuada de servidores e servidoras que atuam na temática de violência doméstica.

O TJPR e a CEVID apoiam toda iniciativa voltada para defender os direitos das mulheres vítimas de violência doméstica, além de participarem de diversas ações visando à proteção efetiva da mulher contra todo ato discriminatório e de violação de seus direitos, atuando em conjunto com os parceiros do Poder Público Nacional, Estadual e Municipal, além de entidades não governamentais. Desse modo, esta Coordenadoria agradece todo o apoio recebido e se coloca à disposição de todos e todas para que possamos trabalhar cada vez mais na elaboração e execução das políticas públicas pelo fim da violência doméstica e familiar contra a mulher, promovendo ações que efetivamente transformem o cenário de nosso Estado e tutelando de forma mais concreta as vítimas desse tipo de violência, infelizmente, tão comum em nosso país.

Cordialmente,

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço

*Coordenadora Estadual da Mulher em Situação
de Violência Doméstica e Familiar.*

SUMÁRIO

JULHO 2022:

TJPR E CEVID REALIZAM CAMPANHAS DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....8

CEVID/TJPR E EJUD-PR REALIZAM CURSO DE CAPACITAÇÃO EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PARA MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES (AS).....12

EJUD-PR PROMOVE CURSO SOBRE PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM A PERSPECTIVA DE GÊNERO.....14

AGOSTO 2022:

CEVID/TJPR PROMOVE A CAMPANHA DO AGOSTO LILÁS17

DESEMBARGADORA COORDENADORA DA CEVID/TJPR PROFERE PALESTRA NO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA JUIZ SUBSTITUTO, PROMOVIDO PELA EJUD-PR.....18

COORDENADORA DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE AULA MAGNA DA "CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DE TRABALHOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA", PROMOVIDA PELA EJEF/TJMG.....	20
PROMOVIDA A 21ª EDIÇÃO DA CAMPANHA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA.....	22
CEVID/TJPR E EJUD-PR PROMOVEM O EVENTO "PATRULHAS MARIA DA PENHA: ROTINAS, DESAFIOS E CONQUISTAS DESDE A SUA IMPLEMENTAÇÃO II".....	24
LANÇADO O LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – PSICOLAB VD.....	26
REALIZADA NOVA EDIÇÃO DO EVENTO "ESPAÇO DE FALA": "CONSELHOS DA COMUNIDADE: SUA ATUAÇÃO NAS COMARCAS E A PARCERIA COM A CEVID".....	29
MAGISTRADOS(AS) DO TJPR CONCEDEM ENTREVISTAS AO PROGRAMA DE RÁDIO DA AMAPAR.....	31
INTEGRANTES DA CEVID/TJPR PARTICIPAM DA XVI JORNADA LEI MARIA DA PENHA.....	33
MAGISTRADO INTEGRANTE DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	35

SETEMBRO 2022:

COORDENADORA DA CEVID/TJPR É ENTREVISTADA PELA TV
ASSEMBLEIA.....39

REALIZADA CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO OFICIAL DA PATRU-
LHA MARIA DA PENHA EM ÂMBITO ESTADUAL.....41

CEVID DÁ INÍCIO A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO LABORA-
TÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTI-
CA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (PSICOLABVD).....44

MAGISTRADAS DO TJPR PARTICIPAM COMO DOCENTES EM CA-
PACITAÇÃO ORGANIZADA PELO PROVOPAR.....46

JULHO
2022

TJPR E CEVID REALIZAM CAMPANHAS DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Durante o mês de julho, a CEVID articulou, com o apoio da Cúpula Diretiva do TJPR, iniciativas destinadas a incentivar o engajamento social no enfrentamento das diversas formas de violência contra a mulher. Nesse período, foram realizadas ações para divulgação e ampliação da campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, como também foi promovida a Semana do Judiciário contra o Femicídio, que contou com a participação de diversas Comarcas do Estado. Para tanto, foram produzidos vídeos institucionais sobre o assunto, elaborados por Magistrados(as) e servidoras do TJPR, além de representantes do Conselho Regional de Farmácia do Paraná e da Associação dos Notários e Registradores do Paraná (ANOREG/PR).

A CEVID/TJPR também veiculou publicações de conteúdos informativos no Instagram, e o Juiz de Direito Vice-Coordenador da CEVID/TJPR, Dr. Marcos Antônio da Cunha Araújo, concedeu entrevista à RPC acerca do tema. Ainda, a Coordenadoria elaborou um artigo intitulado "A necessária transformação da visibilidade feminina: um chamado contra a objetificação da mulher". O texto aborda algumas das múltiplas facetas do problema social da desigualdade de gênero e propõe um debate de forma ampla, transparente, interseccional e intersetorial.

A campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica é uma campanha permanente, idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), entre outros órgãos, com o objetivo de oferecer um canal silencioso de denúncia às vítimas impedidas de chamar a polícia em seus domicílios, em virtude da violência sofrida, permitindo que se identifiquem – por meio de um “x” vermelho desenhado na palma da mão – em farmácias, drogarias e cartórios, previamente cadastrados na campanha, para que sejam tomadas as providências necessárias ao seu atendimento, em especial por meio do Disque 190.

CONHEÇA OS SINAIS DE UM RELACIONAMENTO ABUSIVO:

- Empunhadões, chibatadas, socos, punhéis de cabelo, **gritar palavras em sua direção, sacudir, apertar, queimar, cortar, ferir.**
- Ameaças, chantagens, xingamentos, humilhações, manipulações, perseguição, controlar o que faz, tirar sua liberdade de escolha ou impedir que **proposeção ou estar em contato com familiares, seus e-mails e redes sociais, isolar de amigos e da família, impedir que trabalhe, estude ou saia de casa; fazer com que acredite que está louca.**
- Obrigar a fazer sexo com o/a autor(a) de violência ou com outras pessoas; forçar a ver imagens pornográficas; **induzir ou obrigar a aborto, o maltrato ou a prostituição; impedir de usar método contraceptivo.**
- Destruir materiais profissionais ou instrumentos de trabalho da mulher; controlar o dinheiro gasto, obrigando-a a fazer prestação de contas; **reter, danificar bens e documentos pessoais.**
- Falar coisas que não são verdadeiras sobre a vítima para os outros; **acusar coisas que ela não fez; afirmar que a vítima é mentirosa, etc.**

Sinal vermelho contra a violência doméstica
Como pedir ajuda?

CAMPANHA DO SINAL VERMELHO PARA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

A Lei Federal nº 14.188/2021, publicada no dia 29 de julho no Diário Oficial da União, estabeleceu oficialmente o Programa Sinal Vermelho contra a violência doméstica. A iniciativa foi criada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No Estado do Paraná, a Lei nº 20.595 de 28 de maio de 2021, institui o Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho, como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, medida de combate e prevenção à violência doméstica.

Esta campanha é para situações extremas, em que a mulher tem dificuldade de circular em liberdade sem a vigilância do(a) autor(a) da violência. Caso você esteja vivendo algum tipo de violência familiar e doméstica, seja a violência física, sexual, moral, patrimonial ou psicológica, se tiver condições, dirija-se a uma Delegacia de Polícia, registre o fato e solicite medidas protetivas de urgência.

COM UM X VERMELHO NA PALMA DA MÃO, VOCÊ PODE FAZER A DENÚNCIA DE FORMA SILENCIOSA E SALVAR SUA VIDA

Estabelecimentos em que você pode buscar ajuda são: **unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Paraná, farmácias, cartórios e agências do Banco do Brasil.**

PASSO A PASSO DE COMO AGIR:

PASSO 1 X
Com um batom/caneta/línia ou qualquer sinalização na cor vermelha, faça um “X” na palma da mão e busque o apoio em estabelecimentos parceiros.

PASSO 2 X
Quando você mostrar o sinal vermelho, o(a) atendente entenderá que você precisa de ajuda e, **discretamente, acionará o 190 da Polícia Militar**, informando a situação para que as autoridades tomem as providências necessárias para garantir sua segurança. Em seguida, o(a) atendente conduzirá você a um espaço reservado para aguardar a chegada da polícia.

PASSO 3 X
Caso você não possa ou prefira não esperar a chegada da polícia em razão do(a) autor(a) da violência estar presente/próximo, o(a) atendente encontrará uma forma de coletar seus dados, perguntando, **por exemplo, se você quer deixar os dados “para participar de uma campanha”,** como normalmente se pergunta, ou se a cliente quer participar de uma promoção ou um sorteio. Os dados mínimos necessários são nome e endereço (mas se possível, telefone, RG e CPF). Essas informações serão repassadas à Polícia Militar, após você deixar o local.

No Paraná, a ação também conta com a parceria do Conselho Regional de Farmácia do Paraná e da Associação dos Notários e Registradores do Paraná (ANOREG/PR), além do apoio das Polícias Militar e Civil, da Defensoria Pública do Paraná, do Ministério Público do Paraná, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná, dos Conselhos das Comunidades e do Projeto Mulheração Brasil, entre outros entes.

Em junho de 2022, este Tribunal de Justiça firmou Termo de Adesão à Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, comprometendo-se a divulgar a iniciativa em âmbito estadual, como também a disponibilizar estrutura, recursos e treinamento aos(as) servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as) das Unidades Judiciais. Dessa forma, busca-se viabilizar a identificação do pedido de ajuda, o adequado acolhimento às mulheres e o acionamento das autoridades competentes, bem como a atuação com discrição, sigilo e garantia da segurança das vítimas.

A Semana do Judiciário contra o Femicídio, ocorrida entre os dias 18 e 22 de julho, foi idealizada pela CEVID/TJPR com base na Lei Estadual nº 19.873/2019, que instituiu o dia 22 de julho como Dia Estadual de Combate ao Femicídio, com o intuito de incentivar e unificar ações de prevenção à violência contra a mulher.

Nesse sentido, os principais objetivos pretendidos incluem: contribuir para a ampliação do conhecimento acerca das disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e da Lei nº 13.104 (Lei do Femicídio); impulsionar a reflexão crítica da sociedade sobre as origens, causas, consequências e formas de prevenção e combate à violência contra a mulher e ao femicídio; e demonstrar a importância da notificação, assistência e prevenção da violência contra as mulheres.

Iniciativas dessa natureza são importantes no sentido de proporcionar a democratização do acesso à Justiça, mediante a ampliação e simplificação dos meios de denúncia, permitindo que mulheres em situação de risco solicitem auxílio, em circunstâncias que, de outro modo, não lhes seria possível fazê-lo.

Além disso, visam contribuir para mobilizar a sociedade para o enfrentamento da violência contra a mulher, bem como promover uma mudança cultural, por meio da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero.

Link de acesso a informações sobre a campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica:

<https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/sinal-vermelho>

Link de acesso a notícia veiculada no site oficial do TJPR sobre a Semana do Judiciário contra o Femicídio:

https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/semana-do-judiciario-contr-o-femicidio-motiva-diversas-aco-es-no-parana/18319

Link de acesso ao artigo "A necessária transformação da visibilidade feminina: um chamado contra a objetificação da mulher":

<https://www.tjpr.jus.br/documents/12054912/13058386/Artigo+Equipe+CEVID+-+A+necess%C3%A1ria+transforma%C3%A7%C3%A3o+da+visibilidade+feminina+-+um+chamado+contra+a+objetifica%C3%A7%C3%A3o+da+mulher.pdf/bbd4a603-e0a4-8c8e-26a5-6e7c067f7ee0>

Link de acesso ao canal da CEVID no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UClntCMag6boAA-e-9DdqdVCA/>

CEVID/TJPR E EJUD-PR REALIZAM CURSO DE CAPACITAÇÃO EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PARA MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS)

A Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR) e a CEVID/TJPR promoveram, entre os dias 14 de julho e 22 de agosto, na modalidade EAD, curso de capacitação em Violência Doméstica, destinado ao aperfeiçoamento de Magistrados e Magistradas, como também à formação continuada de servidores e servidoras que atuam na área.

O curso, compartilhado e credenciado pela ENFAM, teve carga horária de 40 horas, sendo válido para vitaliciamento e para a promoção funcional. A ação educacional foi organizada com o objetivo de possibilitar, aos(às) profissionais que atuam em situações de violência doméstica e familiar, a aquisição de novas habilidades e competências profissionais para a “tomada de decisão” segura, efetiva e em conformidade com a Lei.

Para tanto, foram abordados os seguintes tópicos:
gênero, histórico do conceito e desdobramentos;
violência contra as mulheres;

Legislação nacional e instrumentos internacionais de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres;
Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006);
terminologias adotadas para designar a violência;
aspectos criminais e processuais penais;
medidas protetivas de urgência;
atendimento multidisciplinar nos casos de violência contra a mulher;
projetos de acolhimento às vítimas de violência;
estudo de casos concretos;
rede de atenção às mulheres em situação de violência;
políticas Públicas e a ação do Judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

A oferta do curso está alinhada ao objetivo estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao atual Plano de Gestão no que tange à valorização do ser humano, capacitação contínua de Magistrados e Servidores e aproximação do Poder Judiciário com a sociedade, além de atender ao Macrodesafio do Poder Judiciário para 2021-2026, no tocante à Garantia dos Direitos Fundamentais.

Ainda, está em consonância com a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres, instituída pela Resolução CNJ nº 254/2018, que estabelece como um de seus objetivos fomentar a política de capacitação permanente de magistrados e servidores em temas relacionados às questões de gênero e de raça ou etnia por meio das escolas de magistratura e judiciais (art. 8º, VII, da Lei n. 11.340/2006).

EJUD-PR PROMOVE CURSO SOBRE PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Entre os dias 28 de julho e 28 de agosto de 2022, a Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR) promoveu, na modalidade a distância, o Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados e Magistradas sobre o Protocolo para Julgamento com a Perspectiva de Gênero. A ação educacional foi realizada em atendimento a solicitação da Comissão de Igualdade e Gênero no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e da CEVID/TJPR. Foi credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, com carga horária de 26 horas-aula, sendo válida para fins de vitaliciamento e promoção funcional.



O Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados e Magistradas sobre o Protocolo para Julgamento com a Perspectiva de Gênero foi elaborado com o intuito de divulgar e incentivar a aplicação do referido protocolo, o qual resultou do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 27/2021 do Conselho Nacional de Justiça, criado para que seja alcançada a igualdade de gênero e seja atendido o objetivo de desenvolvimento sustentável nº 5 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para tanto, o curso teve como principais objetivos:

ampliar a compreensão dos conceitos básicos de sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero, ressignificando a sua aplicação no contexto da magistratura;

interpretar o protocolo de julgamento com perspectiva de gênero possibilitando uma leitura hermenêutica, e inclusiva dos sujeitos, do processo e dos atos processuais; e

aplicar o protocolo de gênero nas competências afetas à justiça estadual.

Desse modo, a Escola Judicial do Paraná – EJUD-PR visou colaborar para a divulgação de novos olhares e uma atuação mais empática dos magistrados e magistradas do Tribunal de Justiça do Paraná na promoção da justiça e igualdade de gênero, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 05, 16 e 17 da Agenda 2030 da ONU, no que tange à concretização dos direitos humanos e dos princípios constitucionais brasileiros.

AGOSTO
2022

CEVID/TJPR PROMOVE A CAMPANHA DO AGOSTO LILÁS



Durante a primeira semana de agosto, a CEVID/TJPR promoveu diversas iniciativas em alusão à campanha Agosto Lilás, destinadas a fortalecer e ampliar o combate e a prevenção da violência contra as mulheres. As atividades envolveram a articulação com os Magistrados e as Magistradas atuantes na área para o desenvolvimento de ações educativas em âmbito local, como também o envio de materiais informativos às 162 Comarcas do Estado, a serem distribuídos à população.

No Paraná, o Agosto Lilás foi instituído pela Lei nº 19.972 de 2019, com o intuito de conscientizar a comunidade sobre a Lei Maria da Penha, bem como de divulgar os meios e canais de denúncia e formas de combate aos diversos tipos de violência contra a mulher. Nos termos da referida lei, pretende-se que o poder público, em parceria com a iniciativa privada e entidades civis organizadas, promovam campanhas de esclarecimento, ações de mobilização, palestras, debates, encontros, panfletagens, eventos e seminários, visando à divulgação da Lei Maria da Penha ao público em geral. Já a Lei nº 14.448, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022, instituiu, nacionalmente, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher.

DESEMBARGADORA COORDENADORA DA CEVID/TJPR PROFERE PALESTRA NO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA JUIZ SUBSTITUTO, PROMOVIDO PELA EJUD-PR

No dia 2 de agosto, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, proferiu palestra aos discentes do Curso Oficial de Formação Inicial para Juiz Substituto, promovido pela Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR). Na oportunidade, a Desembargadora discorreu sobre o papel do Judiciário no combate e na prevenção da violência contra as mulheres, bem como sobre as ações desenvolvidas pelo TJPR e os entes que compõem a rede de enfrentamento a esses crimes. Ademais, salientou a importância da sensibilização dos Magistrados e das Magistradas acerca da temática para uma prestação jurisdicional efetiva.

Isso porque os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher requerem um olhar diferenciado em relação a outros tipos de crime, pois apresentam múltiplas demandas sociais e exigem uma atuação colaborativa, integrada e multiprofissional para garantir a responsabilização do autor de violência, a adequada proteção e assistência da vítima e a redução na reincidência.

O Curso Oficial de Formação Inicial para Juiz Substituto, ofertado pela EJUD-PR, destina-se a Magistrados e Magistradas recém-empossados e aprovados no Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado do Paraná e deve ser realizado imediatamente após a entrada em exercício, com participação obrigatória e presencial. Tem como objetivo promover, no início da carreira dos Magistrados e Magistradas, o desenvolvimento de saberes específicos, teóricos, práticos e comportamentais, essenciais ao exercício jurisdicional, além da prática gerencial com maior segurança e eficiência.

Ademais, tem como propósito ambientar os recém-chegados, apresentar o funcionamento do TJPR e sua estrutura administrativa. O curso possui seis módulos e se estenderá até o final de outubro, totalizando 480 horas de formação.

Desse modo, a parceria firmada terá papel crucial no sentido de minimizar os riscos à mulher em situação de violência doméstica e familiar e a eventuais dependentes, como também de prevenir crimes dessa natureza.

COORDENADORA DA CEVID/ TJPR PARTICIPA DE AULA MAGNA DA “CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DE TRABALHOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”, PROMOVIDA PELA EJEF/TJMG

No dia 16 de agosto, das 9h00 às 11h00, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, participou, de forma virtual, de Mesa de Honra referente à Aula Magna da “Capacitação para a gestão de trabalhos com homens autores de violência doméstica”, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, por meio do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro – COCEVID e com o apoio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEF. A iniciativa visou fortalecer, ampliar e qualificar as ações desenvolvidas pelos Tribunais Estaduais direcionadas a homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A capacitação ocorreu na modalidade a distância, no período de 16/08 a 20/09/2022 e foi destinada a Magistradas e Magistrados integrantes das Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar ou em exercício em Juizados de

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou Varas com Competência na Matéria ou em segundo grau de jurisdição com competência para aplicar a Lei nº 11.340/2006, indicadas(os) pelo Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro – COCEVID.

Teve como objetivo propiciar conhecimentos e competências a fim de capacitar a(o) aluna(o) a constituir redes de trabalho para a criação, sustentabilidade e avaliação de ações voltadas para homens autores de violência.

Alguns dos aspectos abordados foram:

- processos de subjetivação, violências de gênero e construção histórica da dominação;
- histórico dos estudos e trabalhos sobre a relação entre masculinidades e violências;
- programas nacionais e internacionais;
- diretrizes e recomendações;
- etapas de constituição de um grupo;
- possibilidades de montagem institucional;
- relações de gênero no âmbito do Poder Judiciário;
- obstáculos estruturais à plena implementação da Lei Maria da Penha; e
- plano de ação para estruturação de serviços ou para melhoria dos serviços já existentes.

PROMOVIDA A 21ª EDIÇÃO DA CAMPANHA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Entre os dias 15 e 19 de agosto de 2022, ocorreu a 21ª edição da Justiça pela Paz em Casa. O programa é realizado pelo CNJ em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. A campanha também engloba ações interdisciplinares – organizadas por meio de parcerias institucionais com universidades, com os Conselhos da Comunidade e outros órgãos governamentais e não governamentais – que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

Nesse sentido, foram promovidos, pelas Comarcas, seminários, palestras, entrevistas, distribuição de material informativo e reuniões visando à celebração de parcerias e convênios para implementação de projetos voltados à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como à garantia de assistência à vítima e a seus dependentes. Em nível estadual, a CEVID organizou eventos virtuais de capacitação, além de veicular publicações em mídias institucionais para divulgação das ações da campanha e de outros temas de relevância sobre a matéria.

Iniciada em março de 2015, a Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres –, em agosto – por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) –, e em novembro – quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher. Além de fomentar audiências e júris concentrados e a prolação de sentenças, os Tribunais de Justiça estaduais desenvolvem treinamentos, ações educativas, palestras, lançamento de políticas públicas e outras iniciativas, relacionadas ao combate e a prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Para cada Semana ocorrida, os Tribunais de Justiça dos Estados mensuram seus esforços e encaminham ao CNJ os dados quantitativos sobre os atendimentos realizados e seus respectivos processos, como também sobre as demais ações empreendidas durante o período.

No Paraná, a abertura oficial da 21ª edição da campanha se deu no dia 15 de agosto, durante a sessão do Órgão Especial, com transmissão pelo canal oficial do TJPR Sessões no YouTube. Na oportunidade, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, apresentou as principais ações desenvolvidas pelo TJPR, por meio da Coordenadoria e em âmbito local, por meio das Comarcas. Ademais, foi exibido vídeo descritivo das principais iniciativas empreendidas pela CEVID em 2021, elaborado pela EJUD/TJPR. Também foi prestada homenagem à Desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin, primeira Coordenadora da CEVID, que se aposentou em 28 de julho de 2022, por sua contribuição decisiva e notória no combate à violência doméstica e familiar no âmbito do Estado do Paraná.

Link de acesso ao evento de abertura da campanha:

<https://www.youtube.com/watch?v=5oSma8iTWws>

CEVID/TJPR E EJUD-PR PROMOVEM O EVENTO “PATRULHAS MARIA DA PENHA: ROTINAS, DESAFIOS E CONQUISTAS DESDE A SUA IMPLEMENTAÇÃO II”

No dia 16 de agosto, às 17h, a CEVID/TJPR e a EJUD-PR realizaram o evento virtual de capacitação “Patrulhas Maria da Penha: rotinas, desafios e conquistas desde a sua implementação II”, que é uma continuação da capacitação realizada durante a 20ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa.

A iniciativa teve a finalidade de apresentar as atividades, trabalhos e projetos realizados pelas Patrulhas Maria da Penha nas comarcas do Estado, fornecendo conhecimentos e práticas que contribuam para garantir o aprimoramento e ampliação do programa, bem como para subsidiar a atuação dos operadores do Direito.



Ainda, almejou-se contribuir para a conscientização da população acerca da importância do acompanhamento, por parte das Patrulhas Maria da Penha, das vítimas de violência doméstica.

A abertura do evento foi presidida pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, seguida da participação dos(as) seguintes convidados(as), representantes das equipes das Patrulhas Maria da Penha: Guarda Municipal Denice Amorim (Arapongas); Guarda Municipal Marcos Roberto Leitão (Campo Largo); Guarda Municipal Karin Gabriela Morandi dos Santos (Cascavel); Soldado PMPR Camila Dias Gonçalves e Soldado PMPR Marcos de Lima Santos (Paranavaí); Guarda Municipal Divanir Cuimbra Miranda (Pontal do Paraná); e Guarda Municipal José Marcelo Fabretina (São José dos Pinhais).

O encerramento do evento foi conduzido pelo Vice-Coordenador da CEVID, Dr. Marcos Antônio da Cunha Araújo, que ressaltou a importância dos trabalhos realizados pelas Patrulhas Maria da Penha, tanto na proteção e amparo da vítima de violência doméstica e familiar como na execução de projetos voltados à conscientização e à redução na reincidência do autor de violência doméstica e familiar.

Link de acesso ao evento:

<https://www.youtube.com/watch?v=hM1EbvXoKKU>

LANÇADO O LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – PSICOLAB VD



*psico***LABVD**

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS
EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER **CEVID | TJPR**

No dia 17 de agosto, às 14h, no Auditório do Pleno do TJPR, ocorreu o evento de lançamento oficial do Laboratório de Práticas Psicossociais em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – PSICOLAB VD, com transmissão via YouTube oficial da EJUD TJPR. Trata-se de programa permanente vinculado ao Setor Psicossocial da CEVID TJPR, abrangendo intervenções nos eixos psicossocial, jurídico e pedagógico, objetivando a pesquisa, o desenvolvimento, a construção, a parametrização e a aplicação de práticas inovadoras para o combate à violência doméstica contra a mulher.

O PSICOLAB VD se constituirá em dez eixos iniciais de atuação, para os quais haverá abertura de campo de estágio e extensão junto às instituições acadêmicas e científicas, englobando grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência, grupos de orientação e de acolhimento de mulheres em situação de violência, aplicação de Formulário Nacional de Ava-

liação de risco, observação de julgamento de feminicídio, atendimento de mulheres renunciando de medida protetiva de urgência, entre outros.

Dessa forma, o evento realizado teve como objetivo apresentar, aos possíveis colaboradores da rede de proteção à mulher – principalmente às Universidades e Instituições Científicas –, as possibilidades de atuação e parcerias para enfrentamento à violência doméstica, firmando compromisso ético, técnico e metodológico para atuação de estagiários, voluntários e futuros profissionais das ciências humanas e das ciências jurídicas.

A abertura contou com pronunciamentos do Presidente do TJPR em exercício, Desembargador Luiz Osório Moraes Panza; da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR; da Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional do MPPR, Dra. Samia Saad Gallotti Bonavides; da Secretária do TJPR, Mariana Turra Brandão. Em seguida, foi realizada a apresentação do PSICOLAB VD, pela psicóloga Maisa Baiersdorff Schneider, Assessora da CEVID, bem como pelas psicólogas Isabella Fernanda Rodrigues da Silva, Luana Christine de Pontes Gogosz e Patrícia Souza Vieira, que compõem a equipe da CEVID.

Posteriormente, o Juiz de Direito Substituto em 2º Grau integrante da CEVID Dr. Victor Martim Batschke expôs o Projeto de Núcleos de Atendimento em Violência Doméstica nas Universidades – NAMVID, voltado ao atendimento psicossocial e jurídico pelas universidades.

Por fim, foi oportunizado o debate entre representantes de universidades, o qual contou com a presença e a participação dos(as) seguintes convidados(as): Dr. Daniel Fauth Martins, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Dra. Alexandra Arnould Rodrigues, da FAE Centro Universitário (FAE); Dr. Bruno Angelo Strapasson, da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Dra. Bruna Lopes, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), representando a Dra. Dayane Brunetto; Dra. Luciana Tavares, da UniBrasil Centro Universitário (UNIBRASIL); Dra. Maria Cristina Neiva de Carvalho, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); Dra. Thaise Lor Tacla, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); Dra. Elisabeth Lopes Murakami, da FAE Centro Universitário (FAE); e Dr. Luiz Eduardo Baglioli Sniecikovski, do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), representando a Dra. Daniela Elaine Jungles. Ainda, houve fala da Dra. Luciana de Novais, Delegada-Chefe da Divisão de Polícia Especializada da Polícia Civil do Paraná (PCPR).

Link de acesso ao evento:

<https://www.youtube.com/watch?v=jijnQvCgmQQ&list=PLvsDFBhgNjs0t-iFCpNQtkg2GWTm4zh-i&index=2>

REALIZADA NOVA EDIÇÃO DO EVENTO “ESPAÇO DE FALA”: “CONSELHOS DA COMUNIDADE: SUA ATUAÇÃO NAS COMARCAS E A PARCERIA COM A CEVID”

No dia 19 de agosto, às 10h, foi promovido, em parceria com a Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná (FECCOMPAR) e com a Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR), o evento virtual “Espaço de Fala – Conselhos da Comunidade: sua atuação nas Comarcas e parceria com a CEVID”.

A iniciativa teve o propósito de divulgar as atividades e os trabalhos realizados pelos Conselhos da Comunidade nos municípios do Estado, relativos ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Também foi apresentado na ocasião o Termo de Cooperação recém-formado entre a FECCOMPAR e o TJPR, o qual constitui uma parceria voltada à implementação de grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado do Paraná.

Na abertura do evento, proferiram falas a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR; o Dr. Eldom Stevem Barbosa dos Santos, Juiz de Direito da Comarca de Parai-

so do Norte e integrante da CEVID; e a Sra. Maria Helena Orreda, Presidente da Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná (FECCOMPAR).

Ainda, houve exposições das seguintes convidadas: Sra. Fabiane Nunes Marques, representante do Conselho da comunidade de Marechal Cândido Rondon; Sra. Elaine Solochinski, representante do Conselho da Comunidade de Araucária; e Sra. Marcia dos Anjos Rosdaibida, representante do Conselho da Comunidade de Irati, que discorreram sobre sua experiência prática com os atendimentos em seus respectivos municípios. Assim, buscou-se fornecer conhecimentos e práticas que contribuam para subsidiar a atuação dos operadores do Direito e demais órgãos atuantes nessa esfera, bem como para estimular e orientar a atuação de outros Conselhos na área.

O evento “Espaço de Fala” foi criado com o objetivo de ouvir as mulheres dos diversos segmentos sociais, trabalhando com uma visão ampliada dos diferentes contextos de vida das mulheres brasileiras, assim como de suas singularidades, e diante do reconhecimento da violência de gênero como estrutural e histórica. Portanto, esses espaços visam aproximar órgãos e entidades civis que já atuam no combate da violência contra a mulher de diferentes formas, para proporcionar o fortalecimento da rede de enfrentamento e propiciar discussões sobre políticas públicas efetivas.

A ação contou com outras três edições no ano de 2021, abordando as seguintes temáticas: “Espaço de fala: movimentos sociais e sistema de justiça”; “Espaço de Fala – Mulheres Indígenas Debatem: Violência Doméstica e Acesso à Justiça”; e “Espaço de Fala: Mulheres migrantes, apátridas e refugiadas”.

Na ocasião, houve parceria com a Escola Judicial do Paraná – EJUD/PR, o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Paraná (NUDEM/DPEPR), Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero do Ministério Público do Estado do Paraná (NUPIGE/MPPR), Comissão de Estudos sobre a Igualdade de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná (CEVIGE/OABPR) e Escola da Magistratura do Paraná (EMAP).

Link de acesso ao evento:

<https://www.youtube.com/watch?v=TUr66baJEZ8>

MAGISTRADOS(AS) DO TJPR CONCEDEM ENTREVISTAS AO PROGRAMA DE RÁDIO DA AMAPAR

Durante a Semana da Paz em Casa, Magistrados e Magistradas do TJPR concederam entrevistas ao Programa de rádio da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), denominado Justiça para Todos. A iniciativa, articulada pela CEVID e já adotada em outras edições, almeja oportunizar a divulgação das ações realizadas em nível local pelas Comarcas do Estado em alusão à campanha, como também outros projetos, programas e ações de enfrentamento da violência contra as mulheres de forma geral, visando à disseminação de boas práticas.

Ademais, as entrevistas contribuem para conscientizar e sensibilizar profissionais da rede de atendimento e a população em geral acerca da temática, como também para a difusão de conhecimentos sobre a Lei Maria da Penha e os direitos das mulheres.

Seguem os links de acesso às entrevistas concedidas nesta edição:

Dra. Cláudia Andrea Bertolla Alves, Juíza de Direito do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina:

<https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/21%C2%AA-semana-nacional-da-justi%C3%A7a-pela-paz-em-casa-inicia-a-campanha-agosto-lil%C3%A1s.html>

Dra. Débora Cassiano Redmond, Juíza de Direito da Vara Criminal de Araucária:

<https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/justi%C3%A7a-pela-paz-em-casa-a-luta-pela-igualdade-de-g%C3%AAnero.html>

Dra. Tatiana Monteiro Furtado de Mendonça, Juíza de Direito da Comarca de Ribeirão Claro:

<https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/viol%C3%AAncia-dom%C3%A9stica-a-import%C3%A2ncia-do-acolhimento-%C3%A0-v%C3%ADtima.html>

Dra. Paula Priscila Candéo, Juíza de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Campina Grande do Sul:

https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/lei-maria-da-penha-16-anos-no-combate-%C3%A0-viol%C3%AAncia-dom%C3%A9stica-de-g%C3%AAnero-no-pa%C3%ADs.html?category_id=167

Dr. Cristiano Diniz da Silva, Juiz de Direito da Comarca de Ampére:

<https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/juiz-fa-la-do-comprometimento-da-magistratura-durante-a-21>

INTEGRANTES DA CEVID/ TJPR PARTICIPAM DA XVI JORNADA LEI MARIA DA PENHA

A equipe da CEVID/TJPR participou, de forma virtual, da XVI Jornada Lei Maria da Penha, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça no dia 23 de agosto de 2022, das 9h às 18h, em formato híbrido, com a finalidade de “comemorar o aniversário da Lei Maria da Penha e discutir temas que fortaleçam o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

O evento incluiu debates sobre a aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero e os desafios de se comprovarem os crimes de violência psicológica, além da apresentação dos resultados do diagnóstico técnico sobre a eficácia das medidas protetivas de urgência aplicadas nos casos de violência contra a mulher.

A referida pesquisa foi elaborada por meio de parceria entre o CNJ, o Instituto Avon e o Consórcio Lei Maria da Penha e traz um

retrato da utilização das medidas protetivas, englobando informações como: os tipos de medidas protetivas mais prevalentes nos tribunais; perfil das vítimas e das pessoas agressoras envolvidas; tempo de emissão das medidas e os fatores que o influenciam; e debate sobre o segredo de justiça e o sigilo nos processos de violência doméstica.

A Jornada Lei Maria da Penha reúne representantes de várias instituições para debater os desafios e as boas práticas no cumprimento da Lei nº 11.340/2006. É coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça e realizada desde 2007, sempre no mês de agosto, em comemoração ao aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha. Ao final do evento, é elaborada uma Carta contendo sugestões debatidas e aprovadas ao longo das oficinas de trabalho realizadas.

Link de acesso XVI Jornada Lei Maria da Penha - Manhã:
<https://www.youtube.com/watch?v=y9Tm3JuDPL8>

Link de acesso XVI Jornada Lei Maria da Penha - Tarde:
<https://www.youtube.com/watch?v=CY5gdzpdIvc>

Link de acesso ao Relatório de Avaliação sobre a aplicação das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha:
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-avaliacao-medidas-protetivas-lei-maria-da-penha-23082022.pdf>

MAGISTRADO INTEGRANTE DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

O Juiz de Direito Augusto Gluszczyk Junior, atuante no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Anexos de São José dos Pinhais, representou a CEVID/TJPR em audiência pública realizada no dia 31 de agosto, às 14h, no Plenário da Câmara Municipal de São José dos Pinhais.

A audiência foi promovida pela Procuradoria Especial da Mulher do município e marcou o encerramento das atividades relativas à campanha Agosto Lilás – em parceria entre a Câmara Municipal, a Defensoria Especial da Mulher, a Prefeitura e o Poder Judiciário –, voltada à conscientização sobre a temática da violência contra as mulheres. O evento teve como objetivo propiciar o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre profissionais de distintos órgãos, a fim de propor soluções para fortalecer o combate e a prevenção à violência contra as mulheres.

Estiveram presentes as seguintes autoridades: o Presidente da Câmara Municipal Abílio Alves; a Procuradora Especial da Mulher Vereadora Fatima de Paula; o Procurador Adjunto Vereador Delegado Michel; a Prefeita Nina Singer; a Secretária de Saúde Giuvana Casagrande; e o Secretário de Segurança Jefferson de

Souza, todos do Município de São José dos Pinhais, além de Vereadores, Secretários Municipais, representante da Patrulha Maria da Penha, representante da Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e representante da Defensoria Pública Municipal.

Na condição de oradores convidados, estiveram presentes: o Magistrado Augusto Gluszczyk Junior (Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Anexos de São José dos Pinhais, integrante da CEVID/TJPR); a Escrivã de Polícia Vanessa Alves de Oliveira (Delegacia da Mulher e do Adolescente de São José dos Pinhais); Vera Lúcia Miranda Ladika (Gestora da Casa de Apoio a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica "Casa de Alice"); e a Dra. Sandra Regina Rangel Silveira (advogada criminalista Presidente da CEVIGE – Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da Subseção da OAB/PR de São José dos Pinhais).

Durante a audiência pública foram apresentados dados obtidos por meio das ações permanentes da Guarda Municipal, com a Patrulha Maria da Penha; dados do Núcleo de Políticas Públicas para as Mulheres, da Secretaria Municipal de Saúde; dados do Cartório de Violência Doméstica, da Delegacia da Mulher e do Adolescente de São José dos Pinhais; relatos de casos reais registrados no município, (contados sob nomes fictícios); depoimento de vítima de violência doméstica; e apresentação das ações e campos de atuação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Ao final, foram respondidos questionamentos formulados pelos participantes acerca dos aspectos abordados.

Link de acesso à audiência pública:

<https://www.youtube.com/watch?v=vsw9VV8FVwc>

SETEMBRO
2022

COORDENADORA DA CEVID/ TJPR É ENTREVISTADA PELA TV ASSEMBLEIA

No dia 1º de setembro, foi ao ar, pela TV Assembleia, entrevista da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço ao programa Assembleia Entrevista. Na ocasião, a Coordenadora da CEVID/TJPR destacou a importância da participação de toda a sociedade para combater e prevenir a violência contra as mulheres.

A Desembargadora expôs aos espectadores o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPR, referente à implementação de políticas públicas, ao aprimoramento da estrutura do Judiciário e às articulações com outros órgãos, governamentais ou não, que atuam no enfrentamento à violência de gênero, para a realização de parcerias que permitam fortalecer e ampliar o alcance das ações nessa área.

Explicou que a CEVID/TJPR trabalha em conjunto com uma rede de apoio extensa, contando com a contribuição da Casa da Mulher Brasileira, das patrulhas Maria da Penha, das guardas municipais, das casas de abrigo para mulheres vítimas de violência, da Central de Atendimento à Mulher, da Defensoria da Mulher, da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa, das delegacias especializadas, entre outros.

Apresentou alguns dados estatísticos sobre a ocorrência de violência contra a mulher em nosso Estado, mencionando, por exemplo, que, de acordo com dados da pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o Instituto Data Folha, mais de 4.600 casos de violência doméstica contra a mulher são registrados por mês no Paraná.

Relatou ainda que, em janeiro de 2022, estatísticas apontaram o crescimento de 46% dos casos de violência contra a mulher em Curitiba e que, em todo o Estado são quase 30 mil mulheres com medidas protetivas de urgência aplicadas pela Justiça.



Diante desse cenário, a Desembargadora Ana Lúcia frisou a relevância do trabalho de órgãos especializados na defesa feminina, como também a importância do envolvimento de toda a população para denúncia desses crimes e apoio às vítimas.

O Assembleia Entrevista ouve pessoas da comunidade que se destacam por trabalhos e serviços prestados à população. O programa, que vai ao ar às quintas-feiras, às 11 horas, com reprises ao longo da semana, tem como cenário o Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.

REALIZADA CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO OFICIAL DA PATRULHA MARIA DA PENHA EM ÂMBITO ESTADUAL

No dia 21 de setembro, às 16h15, foi realizada, no Gabinete da Presidência do TJPR, solenidade destinada a oficializar e divulgar o lançamento da Patrulha Maria da Penha em âmbito estadual, nos termos da Lei nº 19.788/2018.

O programa foi formalizado no último mês de agosto, mediante convênio firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, com a interveniência da Polícia Militar do Paraná, visando oferecer acompanhamento preventivo periódico às mulheres em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher que possuem medidas protetivas de urgência concedidas em seu favor.

A cerimônia contou com pronunciamentos do Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto; do Vice-Governador do Estado do Paraná, Darci Piana; e da Coordenadora da CEVID, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço. Ainda, estiveram presentes as seguintes autoridades: Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel Adilson Luiz Lucas Prüsse, representando o Secretário de Estado da Segurança Pública, Wagner Mesquita de Oliveira, o Coronel Waldick Alan de Almeida

Garrett; representando o Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná, Gilberto Giacoia, a Promotora de Justiça Ana Carolina Pinto Franceschi; e representando o Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, André Ribeiro Giamberardino, a Defensora Pública Mariana Martins Nunes.

O evento reforçou a cooperação mútua, como também o compromisso partilhado entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo e os demais entes representados, no sentido de implementar medidas efetivas que visem desconstruir as desigualdades e combater as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres.

Além disso, as parcerias interinstitucionais possibilitam maior alcance e eficácia em ações que contribuam para romper os padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira, promover o empoderamento das mulheres e assegurar um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência.



O serviço da Patrulha Maria da Penha já era disponibilizado em alguns municípios do Estado, por meio das Guardas Municipais, cujo excelente trabalho tem demonstrado a extrema relevância do policiamento preventivo para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, ao conferir proteção, orientação e também sensação de segurança aos(as) envolvidos(as).

Com a expansão do serviço para todo o Estado do Paraná, espera-se fortalecer ainda mais a atuação preventiva nessa seara, bem como ampliar a difusão do conhecimento sobre os direitos previstos na Lei nº 11.340/2006 e sobre os serviços específicos de proteção e assistência disponíveis em cada rede local.

Nos termos do convênio firmado, caberá ao TJPR, com o apoio da CEVID, entre outras atribuições, encaminhar à SESP as informações necessárias ao regular andamento do Programa, como também promover a capacitação dos servidores das Unidades Judiciais envolvidas.

Já a SESP terá, entre outras responsabilidades, a incumbência de elaborar e difundir, no âmbito da Corporação os Procedimentos Operacionais Padrão para atendimento de ocorrências correlacionadas à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, bem como elaborar a política de atendimento emergencial da Polícia Militar do Paraná, além de realizar a capacitação dos profissionais envolvidos.

O cronograma de implantação da Patrulha Maria da Penha nos municípios está sendo elaborado pela Polícia Militar e será divulgado em breve. Já foram iniciadas as capacitações dos profissionais envolvidos na implementação do programa.

CEVID DÁ INÍCIO A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (PSICOLABVD)

Está em fase inicial de desenvolvimento, pela CEVID/TJPR, o Laboratório de Práticas Psicossociais em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PsicoLABVD). Trata-se de um programa coordenado pela CEVID que engloba os eixos psicossocial, jurídico e pedagógico, objetivando a pesquisa, o desenvolvimento, a construção, parametrização e aplicação de práticas inovadoras em violência doméstica, por meio da atuação prática e experimental/laboratorial.

Em setembro, a CEVID deu início a implementação de ações propostas pelo PsicoLABVD. O projeto "Grupo andar mais adiante", grupo reflexivo e responsabilizante para homens autores de violência doméstica e familiar, está sendo realizado semanalmente e de modo presencial, nas dependências do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.



*psico***LABVD**

andar mais adiante

Com essa ação, pretende-se construir reflexões acerca da prevenção e intervenção em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher; oportunizar a mudança e ampliação da percepção dos autores a respeito de si mesmo e dos pares; assim como propiciar o desenvolvimento de metodologias e diretrizes referenciais para intervenção no contexto dos grupos reflexivos e responsabilizantes para autores de violência doméstica e familiar.

Cabe mencionar que a participação dos autores em programas de recuperação e reeducação está prevista no arts. 22, VI; 35, V, e 45 da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e na Lei Estadual nº 20.318/2020 do Estado do Paraná, justificando a importância da parametrização de atuação/coordenação dos referidos grupos.

Outra ação do projeto em andamento refere-se ao eixo "Plantão FNAR". Realizada no 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher



– Casa da Mulher Brasileira de Curitiba, a atuação visa a incorporação e aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) durante o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, sugerindo possibilidades de intervenção e encaminhamento com base nos dados coletados.

Ademais, a equipe da CEVID deu continuidade ao acompanhamento, de forma presencial ou remota, das audiências de Femicídio do Tribunal do Júri de Curitiba. Esse eixo tem como proposta a observação e análise dos julgamentos, para desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca do exercício jurisdicional pautado na perspectiva de gênero, tendo em vista, sobretudo, as recomendações do CNJ no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.

Ao final dos trabalhos relativos ao PsicoLABVD, pretende-se a elaboração de Guia com Parâmetros de atuação em Psicologia e Serviço Social em Violência Doméstica e Familiar no TJPR, visando contribuir para a efetividade e padronização de procedimentos em nível estadual.

MAGISTRADAS DO TJPR PARTICIPAM COMO DOCENTES EM CAPACITAÇÃO ORGANIZADA PELO PROVOPAR

O Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) organizou capacitação na área do enfrentamento à violência doméstica, de gênero e LGBTFOBIA. As Magistradas do TJPR, as Juízas de Direito Paula Priscila Candeo e Débora Cassiano Redmond, representaram a CEVID/TJPR no primeiro dia de capacitação. A iniciativa teve o intuito de fortalecer e qualificar as organizações assessoradas (grupos e organizações de usuários e movimentos sociais, e da sociedade civil) para atuarem no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, violência de gênero e LGBTFOBIA, no Município de Curitiba/PR.

O treinamento, que teve início no dia 23 de setembro, ocorrerá de forma presencial e será organizado em 6 sessões, em periodicidade semanal, com atividades interativas, abrangendo as áreas do Direito, Psicologia, Pedagogia, Assistência Social e Terapia Ocupacional.

As Magistradas, Juízas de Direito Paula Priscila Candeo e Débora Cassiano Redmond, abordaram as leis e normas que amparam mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e demais vítimas que sofrem violência de gênero e LGBTFOBIA; os tipos de violência; e a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, violência de gênero e LGBTFOBIA, abrangendo os grupos de minorias (mulheres lésbicas, transexuais, travestis, negras, bissexuais etc.).

O PROVOPAR Estadual é uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, com a finalidade de prestar assistência social, educacional, beneficente, cultural, ambiental, de saúde e geração de renda.

Nesse sentido, atua a fim de promover, no Estado do Paraná, a melhoria da qualidade de vida e a valorização das populações com baixo índice de desenvolvimento humano, viabilizando programas e ações que possibilitem a sua sustentação, através de programas de geração de renda, garantindo sua inclusão social. Ao mesmo tempo, desenvolve ações emergenciais e campanhas com o intuito de mobilizar a sociedade para participar e colaborar nessa causa.

Link de acesso ao site do PROVOPAR:

<http://www.provoparestadual.org.br>

